

POVO LIVRE

PSD E PP ESPANHOL SÃO PARTIDOS DO POVO

Alberto Núñez Feijóo e Luís Montenegro
no Congresso do PP, em Madrid

06 PARLAMENTO EUROPEU

“Mesmo que a Europa não olhe para o Médio Oriente, o Médio Oriente olha para a Europa”

Na sessão plenária de terça-feira, em Estrasburgo, Sebastião Bugalho, eurodeputado do PSD, alertou para os riscos crescentes que o conflito em Gaza representa para a segurança da União Europeia

11 LOCAIS

Câmara do Cartaxo investe 100 mil euros em sistema de videovigilância

O município do Cartaxo vai instalar cerca de 20 câmaras de videovigilância em pontos estratégicos da cidade, num investimento estimado em 100 mil euros, revelou o Presidente da autarquia, João Ferreira Heitor

14 REGIONAIS

Investimentos relevantes estão em execução na ilha Graciosa

Adolfo Vasconcelos, deputado do PSD/Açores, realçou os investimentos em execução pelo Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM na ilha Graciosa, que ascendem a mais de 15 milhões de euros

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO

O que se testemunhou, por estes dias, no Parlamento, demonstra o compromisso firme do Governo em construir pontes políticas e sociais que permitam definir um quadro regulatório devidamente estruturado, exequível, coerente, sustentável, perfeitamente perceptível para os cidadãos – os portugueses e os que desejam trabalhar e viver no nosso território.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

1. É indiscutível que a imigração constitui um dos temas que maior atenção tem merecido dos portugueses. Trata-la com racionalidade, rigor, clareza e transparência é um imperativo moral, coerente com o respeito dos valores constitucionais e da dignidade humana.

É o que este Governo está a fazer, com sentido de responsabilidade e com visão.

Sobretudo, com bom senso.

O que se testemunhou, por estes dias, no Parlamento, demonstra o compromisso firme do Governo em construir pontes políticas e sociais que permitam definir um quadro regulatório devidamente estruturado, exequível, coerente, sustentável, perfeitamente perceptível para os cidadãos – os portugueses e os que desejam trabalhar e viver no nosso território. Só assim teremos condições para recuperar a tranquilidade e a paz social que, a propósito deste tema, têm estado em causa.

2. Depois de vários anos de polémicas, quase sempre inconsequentes, o ministro da Educação, Fernando Alexandre, anunciou que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento vai ter Aprendizagens Essenciais, deixando-se de basear nos guias que existiam para os vários temas e, dessa forma, pondo fim à confusão que se instalou em torno desta disciplina.

Na verdade, esta iniciativa vai dar a devida importância a uma disciplina que esta-

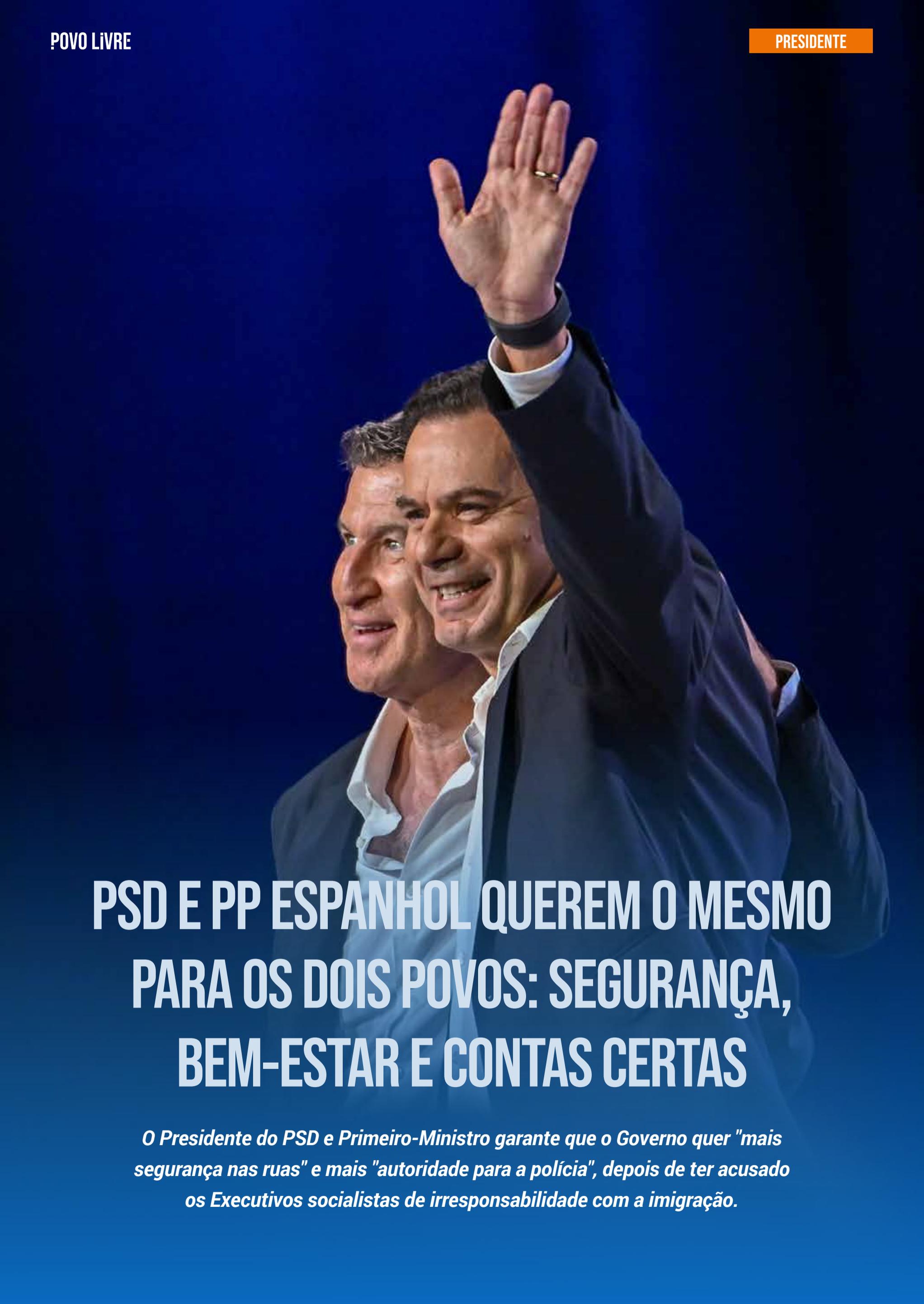
va subvalorizada no currículo, abrindo espaço para a exploração de matérias que são particularmente relevantes para a formação dos nossos jovens perante os desafios da contemporaneidade. De caminho, é de realçar a decisão de envolver a comunidade educativa nesta matéria, nomeadamente, através dos conselhos gerais das escolas.

Assim, com diálogo, transparência, planeamento e rigor põe-se fim a uma divisão que em nada favorece o ambiente educativo e criam-se melhores condições para que os nossos jovens cresçam e se afirmem como cidadãos de pleno direito.

Também aqui, é uma questão de bom senso.

Nota final

Todas as mortes representam uma perda irreparável. O trágico acidente que vitimou os irmãos Diogo Jota e André Silva, ambos jogadores profissionais de futebol, sendo o mais velho internacional pela Seleção Nacional – comoveu muitos milhões de pessoas um pouco todo o mundo, em consequência do mediatismo que a indústria do futebol alimenta. Para a família, entes queridos e amigos, a dor e o sentimento de perda irão perdurar para lá da espuma dos dias e, por isso, dedico-lhes os meus sentidos pêsames e a minha profunda solidariedade, desejando que o tempo ajude a encontrarem o conforto emocional possível perante tamanha perda.



PSD E PP ESPANHOL QUEREM O MESMO PARA OS DOIS POVOS: SEGURANÇA, BEM-ESTAR E CONTAS CERTAS

O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro garante que o Governo quer "mais segurança nas ruas" e mais "autoridade para a polícia", depois de ter acusado os Executivos socialistas de irresponsabilidade com a imigração.



"Mudámos as regras de imigração, queremos mais segurança nas ruas, mais autoridade para a polícia, um sistema de justiça que funcione. Para nós, o Estado de direito, o respeito pelos direitos e pela lei, é o primeiro valor da democracia. Se perdemos a base do Estado de direito, perdemos o respeito do povo", afirmou.

Luís Montenegro falava em Madrid, no congresso extraordinário do Partido Popular (PP), que decorreu no fim de semana, sendo um dos dois convidados internacionais do encontro, conjuntamente com o Presidente do Partido Popular Europeu (PPE), Manfred Weber.

O líder do PSD, que falou em espanhol, disse que os anos de governos socialistas em Portugal "estancaram o país e o seu desenvolvimento" e "tinham uma política migratória irresponsável, sem regulação e sem controlo".

Luís Montenegro acusou ainda os governos do PS de se terem radicalizado, fomentado "a fratura e a divisão", de terem piorado os serviços públicos de saúde e educação, de não terem uma política de habitação, de terem "aumentado sistematicamente" os impostos e de se terem unido com a extrema-esquerda e com a extrema-direita "nos corredores da política" para derrubar o executivo anterior, que liderava.

"Mas o povo uniu forças nas ruas para nos legitimar e aprovou a moção que mais importa, a confiança do povo. Hoje estamos a reformar Portugal e não estamos no Governo para manter o poder a qualquer preço", garantiu.

Luís Montenegro declarou que, como o PP espanhol, o PSD em Portugal "é o partido do povo", o "verdadeiro defensor do estado de bem-estar", que



quer "boas contas" nas finanças públicas e tem objetivos de crescimento para a economia, que já baixou duas vezes os impostos e o fará uma vez mais, e acaba de mudar as regras da imigração.

Manifestando a certeza de que o PP liderará o próximo Governo em Espanha, Luís Montenegro considerou que esse cenário será o melhor para Espanha e para a Península Ibérica.

O PP reelegeu Alberto Núñez Feijóo Presidente do

partido, num congresso em que foi o único candidato ao cargo. Além de ser o maior partido no Parlamento de Espanha, o PP está à frente dos governos autonómicos de 13 das 19 regiões e cidades autónomas do país.

Nesta deslocação a Madrid, para participar no Congresso do PP, o Presidente do PSD fez-se acompanhar pelo Secretário-geral Adjunto do PSD, Ricardo Carvalho.

PORTUGAL ASSUME COMPROMISSOS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA PROTEÇÃO DO PLANETA

A IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas "não é apenas mais uma conferência internacional" estando nela em causa "renovar a ambição" da Agenda 2030 de objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, "ou aceitar um retrocesso", assumiu o Primeiro-Ministro.

Luís Montenegro, que discursava no plenário da conferência, dia 30 de junho, em Sevilha, Espanha, afirmou que Portugal opta por "erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos".

Nesse sentido, deve ser criada "uma arquitetura financeira internacional que garanta que os recursos chegam onde são mais necessários" e "com regras adaptadas aos mais vulneráveis".

"A política de cooperação em Portugal é uma política de Estado, centrada nas prioridades dos países parceiros", frisou, acrescentando que para o Executivo "a resposta reside no multilateralismo".

ONU sai de Sevilha com 130 iniciativas

A quarta conferência da ONU sobre financiamento ao desenvolvimento (FfD4) terminou no dia 3 de julho, em Sevilha, com um documento aprovado que pretende servir de base ao combate à pobreza na próxima década e as primeiras 130 iniciativas com esse objetivo.

A conferência das Nações Unidas sobre financiamento para o desenvolvimento só se realiza a cada dez anos e esta ocorreu num momento de "escalada das tensões comerciais, cortes acentuados na ajuda pública ao desenvolvimento" e "aumento do peso da dívida" dos países mais po-



bres, como reconheceu a secretária-geral adjunta das Nações Unidas, Amina J. Mohammed, na sessão de encerramento do encontro.

Amina J. Mohammed referiu os "danos colaterais" para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento de haver neste momento outras e maiores prioridades nos orçamentos dos países doadores: "O apoio ao desenvolvimento já não se pode dar por garantido".

O "Compromisso de Sevilha", um documento de 68 páginas subscrito por 192 dos 193 países da ONU, estabelece metas e compromissos, assim como propõe medidas para tentar responder a três questões fundamentais para o desenvolvimento.

A primeira é mobilizar mais recursos, públicos e privados, para reduzir o défice de financiamento, estimado pelas Nações Unidas em mais de quatro biliões de dólares americanos (mais de 3,4 biliões de euros); a segunda é aliviar o peso das dívidas soberanas nos orçamentos dos países mais pobres para assim libertar verbas para investimentos de combate à pobreza; a terceira é dar mais protagonismo e voz aos países em desenvolvimento nos processos de cooperação internacional e na arquitetura de financiamento global.

"Os países em desenvolvimento têm de ser ouvidos como foram ouvidos nesta conferência", defendeu Amina J. Mohammed.

Foi ainda lançada a "Plataforma de Sevilha para a Ação", que junta iniciativas conjuntas de países, organizações não-governamentais (ONG), organismos e agências multilaterais, setor privado e bancos de desenvolvimento que pretendem transformar em ações concretas o que está enunciado no documento global (o "Compromisso de Sevilha").

Nos quatro dias da conferência foram apresentadas ou entregues à plataforma 130 iniciativas, como alianças para suspensão de dívidas públicas em determinados cenários; para conversão das dívidas soberanas em projetos de desenvolvimento e de economia verde ou para taxar de forma extra voos privados e grandes fortunas para assim gerar verbas para financiar projetos de desenvolvimento.

Passaram esta semana por Sevilha delegações de 192 países, 60 das quais encabeçadas por chefes de Estado e de Governo. Destes, a maioria era de países em vias de desenvolvimento, num claro desequilíbrio de representação entre doadores e devedores.

O único país da ONU ausente de Sevilha e que não subscreveu o "Compromisso de Sevilha" foi os EUA, tradicionalmente o maior doador do mundo, mas que cortou as verbas de apoio ao desenvolvimento desde que Donald Trump regressou à presidência do país, em janeiro de 2025.

A Conferência de Sevilha foi considerada um êxito do multilateralismo, num contexto geopolítico atual marcado pelas tensões, pela ONU, pela generalidade dos Estados-membros da organização e por organismos multilaterais, como os bancos de desenvolvimento ou o Banco Mundial.

A portrait of Sebastião Bugalho, a man with short dark hair, wearing a dark blue suit, a light blue shirt, and a light blue tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression.

“Mesmo que a Europa não olhe para o Médio Oriente, o Médio Oriente olha para a Europa”

Sebastião Bugalho apela a missão europeia de observação em Gaza

Na sessão plenária desta terça-feira, em Estrasburgo, o eurodeputado do PSD Sebastião Bugalho alertou para os riscos crescentes que o conflito em Gaza representa para a segurança da União Europeia, sublinhando que a instabilidade no Médio Oriente não pode ser ignorada por Bruxelas.

Em dezembro do ano passado, o enviado da Comissão Europeia para a paz no Médio Oriente foi perentório no aviso deixado: “não podemos ficar surpreendidos se virmos um aumento do terrorismo nos próximos anos”. Na sua intervenção, Bugalho recuperou este aviso enquanto confirmado pelo mais recente relatório anual da Europol.

Para Sebastião Bugalho, “mesmo que a Europa não olhe para o Médio Oriente, o Médio Oriente olha para a Europa”, exigindo-se um reforço do papel europeu na monitorização do respeito pelos direitos humanos no terreno. Aliás, e tal como frisou o Eurodeputado, o elemento essencial do Acordo de Parceria entre Is-

rael e a União Europeia é o respeito pelos direitos humanos. Quando civis perdem a vida junto a centros de ajuda humanitária, esse princípio não pode deixar de ser questionado.

Foi neste contexto que, na sessão plenária, defendeu ser “fundamental que a Comissão Europeia apoie uma missão de observação externa e independente” que permita apurar de forma rigorosa e imparcial as responsabilidades associadas a essas mortes, designadamente na eventualidade de estarmos perante crimes de guerra. Sem essa verificação, acrescentou, “num território fechado à observação internacional, a avaliação de qualquer acordo estará sempre incompleta”.

Sebastião Bugalho concluiu sublinhando que a tragédia em Gaza “é uma realidade para aqueles que a vivem e um risco para aqueles que a ignoram”, apelando a uma atuação consequente da União Europeia à altura dos seus valores fundadores.



DIREITOS DOS PASSAGEIROS:

“TAMANHO E GRATUIDADE DAS MALAS

NÃO É ASSUNTO ENCERRADO.”

Sérgio Humberto, eurodeputado do PSD no Parlamento Europeu, membro da Comissão dos Transportes e Turismo, esclarece que a decisão da gratuidade e tamanho das malas dos passageiros aéreos ainda não é definitiva. “O Parlamento Europeu tem tanto peso na decisão quanto o Conselho, nós estamos do lado dos passageiros e o assunto só agora entra em discussão.”, afirma.

Na sessão plenária em Estrasburgo foi anunciada a decisão de entrar em negociações interinstitucionais do relatório 2023/0437 (COD) sobre a aplicação dos direitos dos passageiros na União Europeia.

O Parlamento Europeu defende a gratuidade do item pessoal (como uma mochila, carteira, pasta do computador portátil, etc., que vai debaixo do assento da frente) e da mala de cabine (tipo trolley, por exemplo), para todos os consumidores. Há algumas companhias aéreas em que isso já acontece, enquanto noutras, o passageiro só tem direito ao item pessoal, en-

quanto a mala de cabine é paga.

“Algumas informações divulgadas nos últimos dias, que geraram alguma confusão, tiveram origem em duas fontes”, explica o eurodeputado. “Por um lado, tivemos acesso à posição do Conselho, que tem sido bastante noticiada e que quer que a mala de cabine seja paga; por outro, soubemos que as companhias aéreas que pertencem à Airlines for Europe decidiram definir um tamanho comum para o item pessoal, de 40x30x15cm. São assuntos distintos”, refere.

“Estamos em fase de negociações e quem decide é o Parlamento Europeu e o Conselho”, reitera o deputado do PSD. “Ninguém decide sozinho e ainda nada está fechado. A única coisa garantida é que o Parlamento está do lado certo das negociações, que é o lado dos passageiros. Defenderemos os seus direitos, que são a nossa prioridade”.

Para além da questão das malas, o Parlamento Europeu também dis-

corda do Conselho sobre o número de horas a partir do qual os passageiros têm direito a compensação por atraso. “Achamos que devemos manter as regras atuais, ou seja, a partir das três horas de atraso e não aumentar para as quatro, como defende o Conselho, o que seria um retrocesso”.

“O PPE é o partido das famílias, queremos uni-las, não separá-las, pelo que defendemos que as crianças possam sentar-se gratuitamente ao lado do acompanhante”, afirma Sérgio Humberto. “Defendemos, também, que as pessoas com mobilidade reduzida possam viajar com um acompanhante, sem custos adicionais, e defendemos a existência de um formulário comum para os pedidos de indemnização, para facilitar o processo”.

Anualmente, mais de 900 milhões de passageiros viajam com origem, destino, ou escala na União Europeia, representando um terço do mercado global de transporte aéreo.

No Conselho de ministros dos Transportes (TTE-Transportes), Portugal, Espanha, Alemanha e Eslovénia votaram contra o Acordo Político em Primeira Leitura relativamente ao Regulamento.

As negociações estiveram bloqueadas no Conselho durante 11 anos, desde 2014.

Sérgio Humberto tem acompanhado o desenvolvimento do pacote de revisão dos direitos dos passageiros e está disponível para prestar esclarecimentos.

PARLAMENTO EUROPEU PREPARA COP 30

O Parlamento Europeu acolheu a primeira sessão de preparação para a COP30, que terá lugar em novembro, na Amazónia (Brasil), num momento em que o mundo discute o fracasso coletivo em cumprir o Acordo de Paris, cuja meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C já foi ultrapassada em 2024.

A iniciativa foi promovida pela eurodeputada portuguesa Lúdia Pereira, do PSD, e pela eurodeputada italiana Annalisa Corrado, dos socialistas europeus, ambas envolvidas na Resolução que o Parlamento Europeu levará à COP30.

O evento contou com a presença do

Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP30, e vários especialistas, entre os quais Jean-Pascal van Ypersele, climatologista da Universidade Católica de Lovaina, Tiago Neves Sequeira, Professor na Universidade de Coimbra, Natalia Alonso Cano, representante da unidade da Organização das Nações Unidas para a Resolução de Riscos e Desastres (UNDRR) e Jan Dusík, Vice-Diretor-Geral da DG CLIMA, da

Comissão Europeia.

Lúdia Pereira sublinhou a urgência deste momento político, apelando a que a COP30 represente um ponto de viragem: **“Este é um momento que exige correção de rumo. Não com hesitação, mas com urgência, ambição e visão”** e reforçou ainda o compromisso do Grupo PPE com a agenda verde europeia: **“Acreditamos que é possível descarbonizar para cres-**

cer. Mas precisamos de mais investimento, simplificação inteligente e políticas que reforcem a nossa competitividade, porque é essa competitividade que sustenta o modelo social europeu.”

Na sessão, Annalisa Corrado destacou que **“não vamos apenas preparar-nos para a COP30. Vamos usá-la como um catalisador para alinhar compromissos políticos, instrumen-**





tos de financiamento e estratégias de cooperação”, acrescentando que “falar de descarbonização é falar de um futuro justo, de uma economia próspera e de paz”.

Por sua vez, o Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago, afirmou que “o encontro dos chefes de Estado e de Governo, previamente ao início da COP30, deverá representar uma transição decisiva da fase de

negociação para a fase de implementação”, sublinhando que “não há progresso futuro para a humanidade sem uma cooperação profunda, rápida e sustentada entre todos os países”.

Lídia Pereira, que liderou a delegação do Parlamento Europeu na COP29 em Baku, onde foram alcançados compromissos relevantes em matéria de financiamento climático, concluiu que a Europa deve

chegar a Belém “preparada para liderar com clareza, consistência e convicção”.

O workshop contou com uma sessão de perguntas e respostas, promovendo um diálogo construtivo sobre os caminhos possíveis para garantir uma transição climática justa, inclusiva e economicamente viável.

CÂMARA DE ÁGUEDA E CP PRETENDEM DINAMIZAR COMBOIO HISTÓRICO DO VOUGA

A Câmara Municipal de Águeda e a Junta de Freguesia de Macinhata assinaram um protocolo com a CP para dinamizar o comboio histórico do Vouga. “Promover, divulgar e dinamizar o Comboio Histórico do Vouga” é o objetivo do protocolo tripartido.

Para o Presidente da Câmara de Águeda, Jorge Almeida, “a aposta que o Município de Águeda tem assumido na defesa da Linha do Vouga está a dar os seus frutos”.

O acordo “reforça a parceria existente entre a Câmara de Águeda e a CP, não apenas para a promoção turística como para a dinamização da própria Linha do Vouga, a única linha de bitola estreita em funcionamento em Portugal”, salienta uma nota de imprensa da autarquia.

“O que motiva as pessoas a andarem de comboio é a qualidade do transporte, a frequência e, sobre-

tudo, bom material circulante e uma linha segura”, salienta Jorge Almeida.

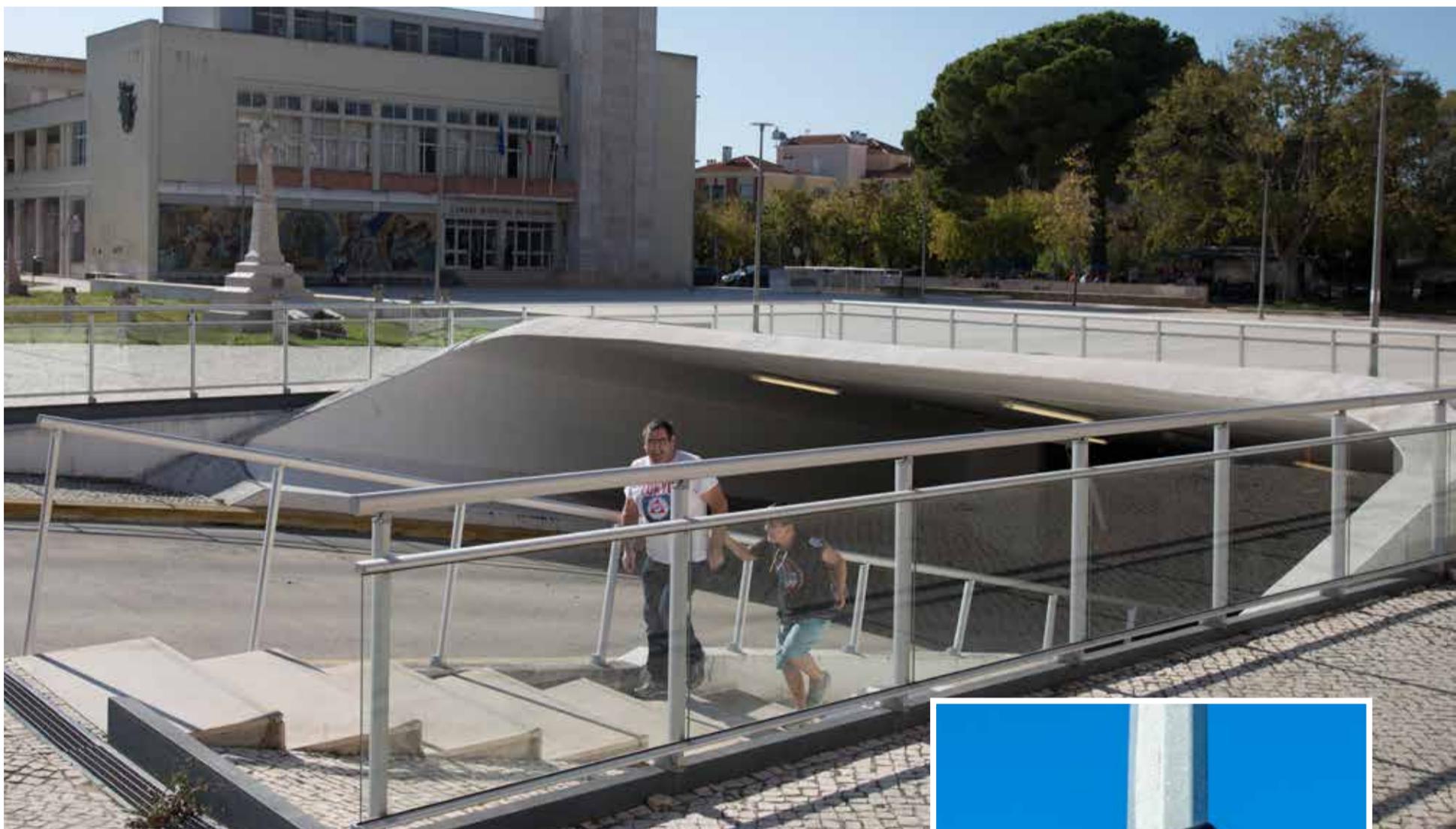
Segundo o autarca, um dos investimentos mais marcantes por parte do Município é a ampliação do Museu Ferroviário, que vai triplicar a área existente, obra que vai ter o apoio de fundos comunitários e que “vai funcionar em sinergia com o Museu Nacional Ferroviário”.

“Existe aqui um potencial enorme para tornar o núcleo de Macinhata do Vouga no museu nacional ferroviário da via estreita, expondo de forma apelativa e adequada, um grande espólio, de qualidade e de referência mundial”, disse.

Durante o verão, haverá edições do Comboio Histórico do Vouga a 12, 19 e 26 de julho e ainda a 2, 9, 16, 23 e 30 de agosto.



CÂMARA DO CARTAXO INVESTE 100 MIL EUROS EM SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA



O município do Cartaxo vai instalar cerca de 20 câmaras de videovigilância em pontos estratégicos da cidade, num investimento estimado em 100 mil euros, revelou o Presidente da autarquia, João Ferreira Heitor.

O autarca adiantou que os equipamentos serão colocados nas entradas e saídas da cidade, bem como nas zonas de maior aglomeração de pessoas, com o objetivo de reforçar a segurança pública.

Apesar de sublinhar que o concelho apresenta "níveis de criminalidade bastante baixos", o Presidente da Câmara do Cartaxo considerou que esta é uma forma de "antecipar qualquer tipo de questão que possa surgir".

"O concelho do Cartaxo tem níveis de criminalidade bastante baixos, até comparando com outros territórios com as mesmas características e dimensões. É uma ferramenta de apoio importante às forças de segurança, que se debatem também

com a escassez de meios e que, desta forma, conseguem mitigar e diminuir a pouca criminalidade que existe", acrescentou.

As câmaras serão monitorizadas pela Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito de um protocolo já aprovado entre a autarquia e aquela força policial.

O calendário para a entrada em funcionamento do sistema ainda não foi definido, estando o processo sujeito a trâmites legais e administrativos, incluindo a aquisição e instalação dos equipamentos.

O autarca garantiu ainda que a videovigilância respeitará a privacidade dos cidadãos, sendo limitada ao espaço público.

"É importante que as pessoas sintam que apenas e só o espaço público está a ser monitorizado", afirmou.

Questionado sobre uma eventual expansão do



sistema, João Ferreira Heitor admitiu essa possibilidade, nomeadamente para outras freguesias e locais com infrações recorrentes, como zonas com restrições ao trânsito de veículos pesados.

"Acho que este sistema no futuro evoluirá também para o restante território, para locais específicos onde sabemos que há, por exemplo, infrações de trânsito recorrentes. Na ponte Rainha D. Amélia onde é proibido o trânsito de pesados e tem uma série de medidas para fazer com que isso não aconteça, muitas vezes acontece", referiu.

CIDADE DE LISBOA VAI TER PLANO DE SEGURANÇA ESPECÍFICO



A Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Administração Interna vão delinear um plano de segurança específico para a cidade.

Carlos Moedas falava aos jornalistas após uma reunião, em Lisboa, dia 8 de julho, com a ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral, encontro que serviu para discutir “respostas para os problemas de segurança que a cidade enfrenta”.

“Foi uma excelente reunião, eu penso que senti uma dinâmica no Ministério da Administração Interna que não sentia há muito tempo, mas senti sobretudo uma ministra com visão para aquilo que é uma especificidade da cidade de Lisboa”, começou por dizer o social-democrata.

Segundo o autarca, “há um reconhecimento, mas há sobretudo uma visão e um plano” para a cidade, e ficou combinado com a ministra olhar para a situação de Lisboa em relação ao número de

elementos necessários da PSP e de Polícia Municipal.

“Vamos estabelecer um plano de ação específico para Lisboa e eu penso que é muito importante, mostra a visão da ministra e mostra também o reconhecimento daquilo que é a situação de Lisboa”, reiterou.

Carlos Moedas lembrou que Lisboa, capital do país, “tem muitas especificidades que não são como noutras cidades”, até porque existem 570 mil habitantes e “há mais de um milhão de pessoas que entram todos os dias e saem”.

O autarca, eleito pela coligação Novos Tempos, acrescentou ainda não haver datas para esta estratégia, lembrando que a ideia “foi aqui lançada”, e deixou um agradecimento a Maria de Lúcia Amaral, “porque é um plano necessário para Lisboa”.

“Seja em números de PSP, Polícia Municipal, ações conjuntas, patrulhas mistas, guardas-no-

turnos, as capacidades da Polícia Municipal aqui de fazer as detenções – tudo isso fará parte desta abordagem”, exemplificou.

“Disse à senhora ministra que pode contar comigo naquilo que é o trabalho de um presidente da Câmara, que é estar na rua e ter também esse conhecimento da rua. Ela é a ministra soberana em relação à segurança no país, mas eu fiquei realmente satisfeito de haver um entendimento sobre aquilo que hoje é Lisboa, e Lisboa tem este sentido, desta cidade que é aberta, mas tem de ser segura, e isso é muito importante para todos nós”, salientou.

Na reunião foi também abordada a questão do regulamento para os guardas-noturnos, ideia lançada na Câmara de Lisboa que consiste em haver 56 guardas-noturnos na cidade, de forma a garantir “segurança durante a noite a muitas pessoas”.

Também abordada na reunião foi a questão do



projeto de videoproteção na cidade e “uma aceleração desse projeto”, segundo Carlos Moedas, que lembrou a existência de 32 câmaras no Cais do Sodré e mais 30 no Campo das Cebolas, “que estão só à espera de uma ligação”.

Carlos Moedas destacou ainda ter falado com a ministra sobre a colocação de “câmaras temporárias em certas ruas”, recordando que o plano de videovigilância na cidade de Lisboa “já vem desde 2009” e, na altura, havia ruas que não tinham perigos e que hoje já faz sentido terem vigilância.

Uma zona da cidade em que o autarca defendeu a necessidade de haver videovigilância é o Martim Moniz, considerando-a, “sem dúvida, uma das zonas prioritárias que não estava inscrita, de certa forma, naquilo que foi o desenho inicial”.

Lisboa dispõe, atualmente, de 64 câmaras de videovigilância na cidade.

INVESTIMENTOS RELEVANTES ESTÃO EM EXECUÇÃO NA ILHA GRACIOSA



O deputado do PSD/Açores Adolfo Vasconcelos realçou os investimentos em execução pelo Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM na ilha Graciosa, que ascendem a mais de 15 milhões de euros.

“Nós estivemos onde devemos estar. Junto da população, junto dos graciosenses, a ouvir as suas preocupações e a sentir aquilo que foi implementado por este Governo da Coligação PSD/CDS/PPM, liderado por José Manuel Bolieiro, que está a decorrer de forma bastante positiva”, afirmou, num balanço das jornadas parlamentares.

Os parlamentares social-democratas tomaram nota da importância de responder a desafios como os transportes marítimos e aéreos, assim como a falta de mão-de-obra que afeta a ilha, apontou aos jornalistas.

Adolfo Vasconcelos admite tratar-se de “uma situação transversal nos Açores, junto de vários setores

de atividade económica, em relação à qual estamos empenhados a encontrar soluções”.

Durante três dias, o grupo parlamentar do PSD/Açores reuniu com diversas entidades e visitou obras de cariz social, como a ampliação dos lares de idosos e do Centro de Saúde da Graciosa, que contará com uma nova sala TAC (Tomografia Computorizada).

Com esta aposta na área da Saúde, o deputado do PSD/Açores eleito pela Graciosa salienta, assim, “que os graciosenses não terão de se deslocar para fazer esse tipo de exames, levando a uma poupança de custos e a um aumento no conforto das famílias, que não terão de sair da ilha para a realização desses exames”.

Segundo Adolfo Vasconcelos, as obras no Aeródromo da Graciosa encontram-se em “fase de conclusão”, passando aquela infraestrutura a proporcionar “condições de excelência para quem visita a ilha, bem como para quem lá trabalha”.

Ainda de acordo com o parlamentar social-democrata, encontram-se igualmente em fase de conclusão as obras da Variante, tal como os empreendimentos no setor da Habitação.

“Foram reabilitadas cinco habitações em 2024, prevendo-se o arranque de três novas construções para breve, a par da infraestruturização de 19 lotes”, afirmou, salientando que constituem “medidas importantes para os graciosenses e que nos dão ainda mais motivação para continuar o trabalho em curso”.

Adolfo Vasconcelos felicitou a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, que irá colocar em breve a concurso as obras da Marina da Barra, “uma obra de extrema importância e que vem corresponder a um anseio antigo dos graciosenses”.

As jornadas parlamentares encerraram com uma visita às Termas do Carapacho, cuja “operação irá arrancar dentro de um mês”, indicou o deputado do PSD/Açores.

PSD/AÇORES DESTACA COOPERAÇÃO DO GOVERNO REGIONAL COM O PODER LOCAL

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, destacou a cooperação que o Governo Regional, liderado por José Manuel Bolieiro, tem mantido com o poder local.

João Bruto da Costa falava aos jornalistas no final de uma reunião com o executivo da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, a marcar o arranque das jornadas parlamentares que decorreram até quinta-feira na ilha.

“É lema e também motivação da atual governação ver o Poder Local como parceiros estratégicos para servir melhor os açorianos”, reiterou à comunicação social, “o que não sucedia anteriormente com os governos socialistas”.

Para o líder da bancada social-democrata, “o relacionamento revela-se profícuo na resolução de alguns desafios, ciente do trabalho que ainda há a desenvolver na Graciosa”.

Segundo João Bruto da Costa, existem duas questões “que são ainda motivo para um trabalho de atenção e de conjunto entre o Governo Regional e o Município”, tais como a demografia e os transportes “que datam de algumas décadas”, observou.

Certo é que, de acordo com o deputado do PSD/Açores, “há uma diferença abissal daquilo que era o relacionamento do Governo Regional com esta Câmara, antes e depois de José Manuel Bolieiro e de António Reis”.

No seu entendimento, “há um esforço de todos na resolução de problemas que em alturas de maior pressão, quer nos transportes aéreos, quer no transporte de mercadorias e marítimos, quer na exportação de produtos, quer na mobilidade dos passageiros, com vista a corresponder às aspirações dos graciosenses”.

João Bruto da Costa realçou que o lançamento do concurso da Marina da Barra está para breve, “constituindo a maior obra de sempre, em termos de volume financeiro, da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa”.



EDIÇÃO N.º 666 do “Povo Livre” | de 8 de julho de 1987

“Crescente adesão dos portugueses a Cavaco Silva”.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

AZAMBUJA

Nos termos e para os efeitos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Azambuja para reunir no dia 17 de Julho de 2025 (quinta-feira), pelas 21H00, na Sede do PSD Azambuja, sita na Avenida Condes de Azambuja, n.º 43, Torre 1, Loja 3, em Azambuja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Parecer sobre as candidaturas à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e às freguesias do concelho de Azambuja (artigo 53.º, n.º 2, alínea f), dos Estatutos Nacionais do PSD).
2. Análise da Situação Política.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2025 (quinta-feira), às 21H00, na Casa do Povo de Condeixa-a-Nova, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Autárquicas 2025;
3. Análise da situação política.

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo dia 18 de julho de 2025, (sexta-feira), pelas 21H00, na sede do Partido Social Democrata da Covilhã, sito na Rua Vasco da Gama n.º 37 R\C Esq 6200-016 Covilhã, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHO:

1. Apresentação das contas anuais da Secção do PSD da Covilhã;
2. Análise da situação política ;
3. Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD – Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia de Secção, no dia 25 de julho de 2025 (sexta-feira), às 20H30, na sede concelhia, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, n.º 1, 4.º Esquerdo, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação e votação do Relatório de Contas do ano 2024;
2. Eleições Autárquicas 2025;
3. Informações e outros assuntos.

Nota: De acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 69º dos Estatutos Nacionais do PSD, se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á meia hora mais tarde com os militantes presentes.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção do P.S.D. de Torres Novas, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2025 (quinta-feira), às 20H30, na Sede do P.S.D. de Torres Novas, com a seguinte Ordem de Trabalhos

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
2. Informações;
3. Eleições Autárquicas 2025 – parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais;
4. Outros assuntos;

CONVOCATÓRIAS JSD

RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00
Email: jsdnacional@gmail.com

CALENDÁRIO ÚNICO

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e dos demais Regulamentos Aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo dia 14 de julho de 2025, com início pelas 20h30, no Belém Clube sito na Rua da Junqueira, n.º 243A - 1300-598 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;

I CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL - ERRATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Vila Real para reunir em sessão ordinária no próximo dia 21 de julho de 2025, pelas 20h30m, em formato digital, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local, nacional e internacional;
- 2 – Balanço do Mandato Distrital;
- 3 – Eleições Autárquicas;
- 4 – Outros assuntos.

INFORMAMOS OS NOSSOS LEITORES QUE A ÚLTIMA EDIÇÃO DO “POVO LIVRE” ANTES DA PARTIDA PARA FÉRIAS DE AGOSTO É NO DIA 30 DE JULHO.

ANEXOS

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DA JSD

Processo Disciplinar
n.º 1/2025

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DA JSD

PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2025

DECISÃO

I – Relatório

Nos termos do artigo 28.º do Regulamento Jurisdicional da Juventude Social Democrata (RJ), o Plenário do Conselho de Jurisdição Nacional da Juventude Social Democrata (doravante, CJN) reúne para deliberar sobre o Processo Disciplinar n.º 1/2025, instaurado contra os militantes:

- **Marco Gonçalves Grilo**, n.º 257275;
- **Gabriel Filipe Proença Santos**, n.º 266254.

Concluída a instrução e apresentada a resposta à nota de culpa, foi elaborado relatório final pela instrutora nomeada, cumprindo-se todas as formalidades previstas nos artigos 23.º a 27.º do RJ-JSD.

II – Regularidade Processual

O processo disciplinar observou integralmente os requisitos formais e substanciais exigidos pelo referido Regulamento, considerando o seguinte:

1. A **nota de culpa** foi validamente notificada aos arguidos, contendo a identificação, os factos imputados, as disposições infringidas e o prazo legal de defesa (artigo 23.º, n.ºs 1 e 2);
2. Os arguidos apresentaram **resposta escrita dentro do prazo legal** (artigos 23.º, n.º 2 e 24.º, n.º 1);
3. Foi elaborado o **relatório final da instrução** no prazo regulamentar (artigo 27.º, n.º 1).

Não se verificam nulidades insupríveis nem omissões de diligências obrigatórias (artigo 26.º, n.º 1).

III – Matéria de Facto

Resultou provado que:

1. Os arguidos apresentaram uma lista candidata às eleições da Comissão Política Concelhia da Guarda contendo assinaturas de militantes que posteriormente declararam por escrito não ter autorizado tal subscrição;
2. Após solicitado o envio da versão física da lista, os arguidos não colaboraram, frustrando a instrução e violando o dever de colaboração (artigo 18.º, n.º 3 do RJ);
3. No decurso do recurso interno, remeteram ficheiro eletrónico com designação ofensiva – “*texto pras gajas*” – dirigido à instrutora e à Presidente do CJN, ambas mulheres;
4. Ameaçaram recorrer à comunicação social com o intuito de descredibilizar o CJN, o que veio a ocorrer com a divulgação de elementos do processo no jornal “Diário das Beiras”;
5. Em sede de resposta à nota de culpa, os arguidos não negaram os factos essenciais, limitando-se a alegar ausência de dolo e parcialidade da instrução, sem prova que o sustentasse.

IV – Enquadramento Jurídico

Nos termos dos artigos 102.º e 103.º dos Estatutos da JSD, constituem infrações disciplinares:

- A prática de atos que violem deveres estatutários, nomeadamente os deveres de **lealdade, respeito institucional, correção e cooperação**;
- A adoção de condutas que **prejudiquem gravemente a imagem da organização** ou **perturbem o normal funcionamento das suas estruturas internas**.

Verifica-se ainda a violação dos princípios de autenticidade e integridade no processo eleitoral, consagrados no artigo 2.º do Regulamento Eleitoral da JSD, bem como dos deveres consagrados no artigo 17.º dos Estatutos.

V – Proporcionalidade e Determinação da Sanção

Ponderadas a gravidade dos factos, a reincidência na ofensa institucional e a ausência de rejeição concreta das condutas, impõe-se a aplicação de sanção disciplinar relevante.

Contudo, valorando os elementos atenuantes, designadamente a ausência de antecedentes disciplinares, a jovem idade dos arguidos e a possibilidade de regeneração, considera-se excessiva a aplicação da sanção de expulsão.

Assim, mostra-se adequada a sanção de **suspensão da qualidade de militante por 18 (dezoito) meses**, prevista no artigo 103.º, alínea d), dos Estatutos da JSD, traduzindo-se numa consequência proporcional ao caso concreto.

VI – Decisão

Face ao exposto, deliberam os membros do Plenário do Conselho de Jurisdição Nacional da Juventude Social Democrata, nos termos do artigo 28.º do RJ, o seguinte:

1. Considerar provados os factos constantes da nota de culpa;
2. Declarar que os arguidos violaram gravemente os deveres de militante consagrados nos Estatutos e Regulamentos da JSD;
3. **Aplicar a Marco Gonçalves Grilo e a Gabriel Filipe Proença Santos a sanção disciplinar de suspensão da qualidade de militante pelo período de dezoito (18) meses**, nos termos do artigo 103.º, alínea d), dos Estatutos da JSD;
4. A presente decisão, por ter sido proferida pelo Plenário do Conselho de Jurisdição Nacional, é definitiva e não é suscetível de recurso jurisdicional interno;
5. Notificar os militantes arguidos da presente decisão;
6. Publique-se em Povo Livre.

A Secção,

Guilherme Dias da Silva

João Henriques

Margarida Carlos